

Uma análise comparada da busca por status da Turquia e as consequências para seu papel na ordem regional no Oriente Médio

Vlademir Monteiro¹

DOI: 10.29327/2283050.15.1-4

Resumo

Como a busca por status afeta o papel da Turquia na ordem regional do Oriente Médio? Essa é a questão de pesquisa deste artigo. O objetivo é explicar a variação dos papéis a partir das estratégias de gerenciamento de identidade que o país adotou em diferentes momentos. Para tal, faz-se uma comparação entre o período da Guerra Fria e a fase mais recente da política externa turca. Argumenta-se que suas preferências regionais são formuladas em sintonia com a busca por status, condicionando-o ao exercício de tarefas que caracterizam um papel específico na ordem regional.

Palavras-chave: Turquia; política externa turca; Oriente Médio.

A comparative analysis of Turkey's quest for status and the consequences for its role in the regional order in the Middle East

Abstract

How does the quest for status affect Turkey's role in the Middle East regional order? This is the research question of this article. The goal is to explain the variation in roles based on the identity management strategies that the country adopted at different times. To this end, a comparison is made between the Cold War period and the most recent phase of Turkish foreign policy. It is argued that his regional preferences are formulated in line with the search for status, conditioning him to perform tasks that characterize a specific role in the regional order.

Keywords: Turkey; turkish foreign policy; Middle East.

Un análisis comparativo de la búsqueda de estatus por parte de Turquía y las consecuencias para su papel en el orden regional en Medio Oriente

Resumen

¿Cómo afecta la búsqueda de estatus el papel de Turquía en el orden regional de Medio Oriente? Ésta es la pregunta de investigación de este artículo. El objetivo es explicar la variación de roles en función de las estrategias de gestión de identidad que adoptó el país en diferentes momentos. Para ello, se hace una comparación entre el período de la Guerra Fría y la fase más reciente de la política exterior turca. Se argumenta que sus preferencias regionales se formulan en línea con la búsqueda de estatus, condicionándolo a realizar tareas que caracterizan un papel específico en el orden regional.

Palabras clave: Turquía; política exterior turca; Medio Oriente.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPE.

Introdução

Como a busca por status afeta o papel da Turquia na ordem regional do Oriente Médio? Essa é a questão de pesquisa deste artigo. O objetivo é explicar a variação dos papéis a partir das estratégias de gerenciamento de identidade que o país adotou em diferentes momentos. Argumenta-se que suas preferências regionais são formuladas em sintonia com a busca por status, condicionando-o ao exercício de tarefas que caracterizam um papel específico na ordem regional.

Ao mesmo tempo em que proporciona o contato com múltiplas regiões, a localização geográfica da Turquia gera questionamentos quanto a sua identidade. Seria o país parte da Europa? Do Oriente Médio? Ou de ambos? Tais incertezas geraram uma fluidez a sua imagem internacional: enquanto até o século XX, os governantes se esforçaram em mantê-la associada à comunidade euro-atlântica; nos tempos presentes, eles a aproximaram mais da civilização islâmica e médio-oriental.

Essa oscilação impacta diretamente a abordagem do país ao Oriente Médio. A construção de sua identidade se entrelaça com o regionalismo, de tal modo que o status aspirado serve de referencial para pautar tanto a percepção quanto o engajamento com a área. Sob a perspectiva da literatura aqui empregada, Ancara se envolve com uma cadeia de atividades tão específicas que sua atuação descreve um tipo de papel na ordem securitária do Oriente Médio. Porém, como será visto adiante, não há uma constância nesses papéis devido à variação identitária.

A divisão deste artigo segue esta ordem: a primeira parte apresenta o referencial teórico, que combina a discussão sobre status com a literatura construtivista de papel (*roles*). Enfatiza-se a relevância do status nas circunstâncias atuais da política internacional e a evolução de sua agenda de pesquisa. Esse segmento ainda introduz as categorias de papel, especificando os predicados que caracterizam cada uma. Feito isso, a investigação prossegue com a análise da busca turca pela identidade ocidental no século XX e nos reflexos disto para sua conduta de protetora no Oriente Médio durante a primeira década da Guerra Fria. Então, examinamos a reformulação da identidade com a chegada do AKP ao poder, em 2002, e os efeitos disso para seu comportamento regional. Por fim, é apresentada a conclusão.

Referencial teórico: status e papel

As discussões sobre status se fazem relevantes na medida em que novos players ascendem ao palco internacional e reivindicam das potências já estabelecidas todos os atributos que condizem com sua posição. Eles não só pleiteiam desfrutar de forma equitativa dos mecanismos através dos quais ocorre o exercício de poder nas variadas esferas das dinâmicas globais, mas também querem obter o reconhecimento e o tratamento reservados às potências. Entretanto, a acomodação dessas demandas se mostra um desafio, pois os Estados que já ocupam um lugar proeminente resistem em ceder espaço e conferir aos atores emergentes a deferência aspirada. Nessas discordâncias residem os focos de tensão e instabilidade que marcam a política internacional nos tempos recentes. À luz disso, as dificuldades em articular consenso em torno de reforma da governança global parecem indicar um futuro conflitivo nas relações interestatais (LARSON, SHEVCHENKO, 2014).

Por outro lado, o status enquanto objeto de pesquisa nem sempre recebeu a devida atenção da literatura tradicional das Relações Internacionais. Na verdade, houve uma negligência ao tema, com alguns esforços marginais em abordá-lo. Apesar de não intencional, essa omissão se devia às deficiências do próprio campo de estudo; uma vez que com os ferramentais analíticos dedicados a outras questões havia pouco interesse em assimilá-lo de forma sistêmica. Apenas recentemente se desenvolveu um arcabouço que deu ímpeto a uma agenda de pesquisa a respeito do assunto. O advento dessa literatura representa um divisor de águas. Ao incorporar contribuições de uma variedade de segmentos das ciências sociais, essa agenda se define pela multidisciplinaridade. O resultado disso é um repertório diverso que consegue explorar o tópico sob as mais variadas perspectivas e abordagens metodológicas (LARSON, PAUL, WOHLFORTH, 2014).

Um desses esforços invoca a teoria da identidade social (LARSON, SHEVCHENKO, 2014). Seu postulado basilar conceitua identidade como adesão a um grupo social. Longe de ser estático, esse atributo se desenvolve dentro de um contexto relacional. Em outras palavras, a percepção que se nutre da própria identidade é gerada a partir de uma comparação a um referencial externo. Quando a avaliação suscita uma compreensão de si negativa, há então a necessidade de recorrer a estratégias de gerenciamento da identidade, visando estreitar a lacuna com o modelo de referência ou, até mesmo, superá-lo. Contudo, tal escolha é

Revista de Geopolítica, v. 15, nº 1, p. 1-16, jan/mar. 2024.

condicionada pela permeabilidade do grupo almejado e da legitimidade da ordem social na qual este se encontra inserido. Havendo pouca resistência à membresia de novos participantes, o Estado aspirante pode optar pela mobilidade, a qual prescreve a incorporação do arcabouço normativo do clube. Em outras circunstâncias, é possível que ele recorra à competição. A opção por esse comportamento se dá em um ambiente restritivo, em que existe uma rigidez quanto à posição de cada Estado. À luz disso, ele se mostra uma opção vantajosa àqueles que desejam romper com a hierarquia existente e galgar posições mais elevadas. Na prática, eles se engajam em disputas com um Estado líder, cuja primazia em certas áreas desejam enfraquecer ou mesmo suplantar. Por fim, em uma realidade na qual a ordem internacional desfruta de aceitação ampla, uma postura agressiva como a anterior tem menos chances de ser empregada e, conseqüentemente, lograr algum êxito. Na verdade, esse cenário de legitimidade favorece a criatividade social. Conforme já aludido, uma das dimensões dessa iniciativa envolve a ressignificação de um atributo, ao qual se imprime uma leitura positiva em substituição a uma imagem depreciativa. Outra forma de aplicá-la se dá pela adoção de novos parâmetros, por meio dos quais o Estado qualifica seus atributos como superiores aos de outros grupos (LARSON, SHEVCHENKO, 2014).

Como indicado na seção introdutória, este estudo defende que o tipo de estratégia informa as preferências de um Estado a respeito da região ao qual pertence ou busca ter uma atuação de destaque. Dito de outro modo, a estratégia molda o papel que ele desempenha naquela arena. Portanto, o tipo de relação que ele articula com outros países é em função do reconhecimento pretendido. Nesse ponto, faz-se necessário discutir a literatura construtivista sobre os papéis das unidades nos complexos regionais de segurança. De acordo com Stewart-Ingersoll e Frazier (2012), há três possibilidades. Entre elas, consta a de liderança, cujo exercício tem como objetivo criar uma convergência entre o líder e os outros países pertencentes à mesma região no tocante às preferências securitárias. Nesse sentido, seu comportamento apresenta algumas especificidades. Ele tende a ser o proponente de resoluções aos problemas comuns, de modo que ele patrocina iniciativas e se empenha em cooptar outros a aderir a elas. Também é comum que ele engendre processos de securitização, através dos quais agrega pretensões individuais em interesses coletivos. A fim de gerenciar a ordem regional, o líder

lança mão de mecanismos institucionais e mobiliza seus recursos para gerar a cooperação.

A segunda possibilidade se trata da custódia (*guardianship*). O foco das ações recai na preservação da ordem securitária vigente. A prioridade é a contenção de ameaças que podem difundir um efeito desestabilizador, e principalmente, abrir o caminho ao desmantelamento do equilíbrio de poder existente. É importante salientar – para não confundir com o próximo conceito – que essas ameaças são geradas internamente, ou seja, a inoculação delas se dá em virtude de dinâmicas próprias do sistema regional, sem influência de forças extrarregionais. Nesses cenários, o guardião age como um gerenciador, de modo a mobilizar suas capacidades tanto diplomáticas quanto militares para lidar com os problemas securitários. A maneira como ele atuará pode ser esquematizada em um espectro. Em um extremo, há uma menor exposição e ele não se envolve de forma direta. Seu comportamento se pauta pelo fornecimento de recursos que viabilizem as respostas a crises. Um exemplo disso é a disponibilidade de ajuda militar e assistência humanitária. Em outro extremo, se verifica uma participação direta, ao ponto de ele intervir diretamente em alguns conflitos. Nesses casos, ao assumir a condição de terceira parte, ele almeja refrear o potencial desestabilizador das tensões; e para tal, recorre a instrumentos militares ou brandos (STEWART-INGERSOLL, FRAZIER, 2012).

Por fim, Stewart-Ingersoll e Frazier (2012) salientam o último tipo de papel, que trata da tarefa de protetor. Esse se distingue dos citados acima por causa de seu nexos entre o contexto regional e o externo. Ou seja, o comportamento do protetor se pauta por ameaças que surgem fora da área geográfica a qual ele pertence, mas que suscitam reflexos a nível local. Sendo assim, cabe então a ele atuar em prol da defesa da região. A performance dessa incumbência implica, tal qual o papel anterior, a mobilização de recursos, que podem ser empregados para dois propósitos específicos. Um deles é a produzir um efeito dissuasório às tentativas de penetração de atores externos. Almeja-se inibi-los de se estabelecer ali e, principalmente, evitar que suas atividades causem algum impacto disruptivo à ordem. Diante de uma eventual falha desse expediente, isto é, quando aqueles conseguem se inserir na arena regional, o protetor se ocupa em diminuir sua presença, o que pode incentivá-lo a uma confrontação e até mesmo comportamentos mais beligerantes. Há um último aspecto que merece destaque.

Dada a sua interligação com *players* extrarregionais, esse papel proporciona ao seu detentor a oportunidade de ser um intermediário junto às potências externas. A convergência de interesses permite-os desenvolver não apenas contato ad hoc, mas também articular um padrão de relacionamento em um patamar mais sistemático, resultando em cooperação no âmbito militar e econômico.

Como então esses objetos (status e papel) se combinam? A compreensão disso ficará clara com a aplicação do referencial analítico apresentado ao caso escolhido. A próxima seção pretende demonstrar que a perseguição por um status específico induz a Turquia a se incumbir de um papel na ordem regional no Oriente Médio. A fim de demonstrar a validade dessa proposta, dois momentos são examinados. Primeiro, aborda-se o período da Guerra Fria, demonstrando que, ao ser reconhecida como um país ocidental, Ancara replica ali a trajetória de um protetor. Depois disso, o exame recai sob o período recente de construção de sua identidade como uma potência regional que lhe designa o papel de líder.

Estratégia e papel: a *mobilidade social e o papel de protetor na Guerra Fria*

A estratégia de gerenciamento de identidade que a Turquia implementou no século passado reproduz as nuances da mobilidade social. O foco desse projeto reside em receber o reconhecimento de país ocidental. No contexto da Guerra Fria, a consequência disso para a política externa turca se manifesta no alinhamento com os Estados Unidos e, sobretudo, na integração às plataformas institucionais sob as quais se construiu o sistema transatlântico.

Os indutores internos dessa evolução identitária são as reformas sociais conhecidas como Revolução Kemalista. O objetivo dessa empreitada foi promover a ocidentalização do país, visando implantar uma ordem social ancorada na modernidade ao invés do Islã e da cultura médio-oriental – ambos considerados manifestações do atraso e antíteses do progresso (BOZDAGLIOGLU, 2003; ZARAKOL, 2011). Esse processo replica a mobilidade social, porque: 1) revela a necessidade de suplantar uma identidade anterior, à qual se atribui uma leitura depreciativa; 2) resulta de uma comparação que atesta supostas desvantagens ao referencial externo. À luz disso, para seus defensores, traumatizados com o tratamento de segunda classe dado ao Império Otomano, a modernização lhes proporcionaria a deferência merecida (ZARAKOL, 2011).

A revolução desmantelou a ordem sociopolítica otomana no âmbito doméstico e no plano externo, estabelecendo a orientação ocidental da Turquia. No primeiro quesito, sua marca é a secularização do espaço público e a ocidentalização da sociedade. O processo reduziu a influência do Islã através de reformas que aboliram seus instrumentos de poder e símbolos. Segundo Kemal Atatürk, “a República da Turquia não pode ser um país de dervixes, seguidores de culto e religiosos fanáticos. O caminho mais justo e mais real é o culto da civilização” (ZARAKOL, 2011, p. 147, tradução nossa). A repercussão dessas transformações para a política externa é a forte vinculação desta aos parâmetros sociais domésticos. Nas palavras do próprio Atatürk, “o que particularmente importa à política externa e sobre o que ela se fundamenta é a organização interna do Estado. Assim, é necessário que ela esteja em sintonia com a organização interna” (ÇALIS; BAGCI, 2003, p. 196).

Da perspectiva da mobilidade social, a construção da identidade não consiste em um processo unilateral, em que o aspirante apenas replica certas características para obter o status. É imperativo o respaldo externo. Portanto, para a Turquia, tão importante quanto estabelecer uma sociedade que fosse reflexo da Europa, fazia-se imprescindível ser reconhecida como parte desta. A Guerra Fria se mostrou oportuna a tal pleito, pois ofereceu condições para Ancara buscar a deferência aspirada através da acomodação nos arranjos euro-atlânticos. O principal êxito dessa empreitada foi a entrada na OTAN, em 1952²³ (HALE, 2013; GOKAY 2006). Contudo, o processo até esse desfecho demonstrou que a efetivação da mobilidade dependia menos dos esforços turcos do que das condições sistêmicas. Não só se resistia a sua inclusão, como também se duvidava de seu pertencimento geográfico à Europa Ocidental e à zona do Atlântico (ATHANASSOPOULOU, 1996; BOZDAGLIOGLU, 2003). Logo, havia uma discrepância entre a autoimagem da Turquia e a percepção dos atores externos sobre esta, dado que, em seus imaginários geopolíticos, as fronteiras daquela eram alheias ao perímetro euro-atlântico. Todavia, a Guerra da Coreia flexibilizou, até certa medida, a impenetrabilidade do clube ocidental (GOKAY, 2006). Mas o pleito tinha um caráter tão excepcional, a ponto de Artigo 6 do Tratado do Atlântico Norte, dispositivo que

² Antes disso, o país havia sido aceito no Conselho da Europa, em 1948, e na Organização para Cooperação Econômica Europeia (embrião da OCDE), em 1949 (HALE, 2013).

³ A motivação imediata da membresia reside nas reivindicações da URSS sobre o território turco, consideradas uma ameaça à segurança do país (HALE, 2013).

formaliza sua entrada, explicitar que a abrangência territorial do princípio da defesa coletiva incluiria o espaço turco⁴.

Embora tenha finalmente confirmado a identidade ocidental, a membresia do clube ocidental restringiu a aspiração da Turquia enquanto ator internacional, pois a transformou em satélite estadunidense (GOKAY, 2006; BOZDAGLIOGLU, 2003). Na prática, houve a subordinação de sua política externa à OTAN. Para o chanceler turco da época, Füad Köprülü, “nossos interesses nacionais são idênticos, de todos os pontos de vista, com os interesses conjuntos da Organização do Tratado do Atlântico Norte e com suas exigências geográficas e militares” (YAVUZ; KHAN, 1992, p. 74). Observa-se essa sujeição, sobretudo, na abordagem com o Oriente Médio. Segundo Bozdaglioglu (2003, p. 118), “a política do Oriente Médio era uma extensão de sua política pró-Occidente. Assim, na condição de membro da aliança ocidental, a Turquia deveria agir em cooperação com seus parceiros nos conflitos com a URSS, Israel e os Árabes”. Logo, em vez de desenvolver uma agenda regional endógena, o país arrogou “proteger os interesses do Ocidente, mesmo [que isso tivesse de ocorrer] em detrimento dos Estados árabes [e de suas preferências]” (BOZDAGLIOGLU, 2003, p. 117).

À época, o Oriente Médio, igual a outras áreas, se constituía como uma região em que as disputas sistêmicas se sobrepunham às dinâmicas orgânicas de segurança. Em face disso, Ancara adotou um curso de ação que a qualificaria como protetor da ordem regional. A lógica desse papel advém da triangulação entre o status recém obtido, a segurança da Europa e o Oriente Médio. Ou seja, os turcos vincularam a estabilidade da Europa à contenção do expansionismo soviético no Oriente Médio, e nesse processo se alçaram como peça central (HALE, 2013; KÖSEBALABAN, 2011). Na verdade, o desempenho da função protetiva fora usado como barganha em troca do respaldo a sua entrada na OTAN, e uma vez aceitos, eles a instrumentalizaram para alavancar seu valor diante dos parceiros. O comprometimento se tornou tão inflexível a ponto de adotarem uma postura anticomunista mais radical do que seus aliados (BOZDAGLIOGLU, 2003).

Almejando então salvaguardar a ordem regional, Ancara aplicou a estratégia de contenção por meio da criação de uma rede de alianças defensivas (VOLK, 2013). Uma das primeiras tentativas foi a Organização de Defesa do Oriente Médio, que,

⁴ Ver North Atlantic Treaty. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm.

apesar de não ter vingado, serviu para articular futuros arranjos, entre eles, o Pacto de Bagdá (HALE, 2013). Este, composto também por Grã-Bretanha, Iraque, Irã e Paquistão, se tornou o principal instrumento dos turcos para gerenciar a ordem regional diante da ameaça soviética. Seu ativismo então trabalharia pela expansão da estrutura sob dois eixos: 1) via cooptação de membros e 2) via aprofundamento da integração institucional nos âmbitos militar e econômico (YESILBURSA, 2005). Porém, fatores regionais e intraorganizacionais comprometeram seu êxito. De um lado, havia divergências entre a Ancara e os Estados árabes. Estes – sobretudo, Egito e Síria – não compartilhavam da agenda anticomunista, de modo que se opunham ao arranjo, denunciado como ferramenta do imperialismo ocidental (YESILBURSA, 2005; BOZDAGLIOGLU, 2003); de outro, a entidade carecia de integração organizacional que viabilizasse a cooperação militar (KÖSEBALABAN, 2011).

Fora do Pacto de Bagdá, a Turquia teve posturas assertivas diante de situações que poderiam fragilizar a ordem regional e expandir a influência de Moscou. O aspecto caracterizador disso é a disposição em fazer uso da força para conter tais perturbações. Observa-se tal atitude na resposta ao suposto golpe comunista na Síria, em 1957. Na ocasião, Ancara mobilizou tropas nas fronteiras meridionais, sinalizando uma possível intervenção caso ocorresse a mudança de regime (HALE, 2013). Quando da deposição da monarquia iraquiana, em 1958, o país também cogitou intervir para restaurar o status quo (HALE, 2013). Em outros momentos, os turcos reagiram aos episódios disruptivos de forma mais indireta, porém não menos militarista. Um exemplo é o apoio logístico à intervenção estadunidense no Líbano através da autorização para usar a base Incirlik, em 1958 (HALE, 2013).

A performance de protetor também tornou Ancara um intermediador entre as nações árabes e os atores extrarregionais. Nesse quesito, sua conduta se dedicou a conciliar os antagonismos dos dois lados. Na prática, o país operou ora cooptando os árabes aos planos estratégicos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, ora sensibilizando estes a respeito dos interesses dos países da região (BILGIN, 2007). Entretanto, sua imagem regional dificultou a tarefa, porque a população local associava a Turquia a seu passado colonial (HALE, 2013), e tal percepção se agravou com a irrestrita postura pró-Occidente. Além de gerar desconfiança, a inclinação alienou alguns dos governos locais (BOZDAGLIOGLU, 2003).

O exercício da função protetiva se encerrou ao fim dos anos 50, e a Turquia só voltaria a priorizar o Oriente Médio nos anos 80. De todo modo, o enviesamento demasiado de sua conduta gerou efeitos mais disruptivos do que coesivos, que minaram sua capacidade de ser uma força centrípeta da ordem regional.

A criatividade social e o papel de liderança

No pós-Guerra Fria, a manutenção da identidade ocidental se revelou um desafio, em virtude do fim das condições estruturais que, por quase meio século, a sustentara. O novo ambiente sistêmico expôs suas fragilidades e, em face dessas circunstâncias, as lideranças do país se empenharam em recalibrar a estratégia de gerenciamento de identidade (ÖNIS, 1995; GUNAY, 2019). Novamente, em paralelo com o fenômeno anterior, transformações na seara doméstica tiveram um peso relevante no engendramento desse processo. O elemento central por trás disso se situa na reconfiguração da ordem política interna. A vitória do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP, em turco), nas eleições de 2002, fragilizou a hegemonia kemalista. Além de se estabelecer como uma força política na balança de poder doméstica, o AKP institucionalizou um projeto ideológico radicalmente contrastante com o então paradigma oficial do Estado turco (YILMAZ, BASHIROV, 2018).

Da perspectiva do objeto deste estudo, o governo do AKP reformulou a identidade da Turquia, na qual se substitui a antiga estratégia de gerenciamento pela criatividade social. Esse processo é moldado pela filiação ideológica dos dirigentes do AKP ao islamismo. Segundo Altunisik e Martin (2011, p. 577), “the core leadership of the AKP comes from a political tradition that glorifies the Ottoman past as well as historical and cultural ties with the Arab/Islamic”. Essas preferências ressignificaram os elementos que os kemalistas suprimiram da simbologia republicana e da formação da Turquia enquanto Estado-nação por evocar decadência e humilhação. Em particular, o AKP empreendeu o resgate e a valorização do passado otomano e do Islã como atributos constitutivos da identidade do país (TASPINAR, 2008; CAGAPTAY, 2014), agora revestida de legitimidade e imprimida à imagem externa turca.

Esse revisionismo se manifesta na tese de Strategic Depth. Seu autor, o futuro primeiro-ministro Ahmet Davutoglu, idealiza a bagagem civilizacional e localização territorial como ativos que alçam a Turquia à proeminência das relações internacionais. Rechaçando a dualidade geográfica que coloca o país próximo da

Revista de Geopolítica, v. 15, nº 1, p. 1-16, jan/mar. 2024.

Europa, porém ainda mais perto do Oriente Médio, ele formula uma interpretação excepcionalista (CAGAPTAY, 2020; 2014). A posição geográfica no coração da massa continental afro-euroasiática possibilita o contato com múltiplas regiões (Oriente Médio, Cáucaso, Balcãs, Ásia Central, Europa, Oriente Médio etc.), as quais poderia liderar. Com credenciais tão únicas, o país não pode se contentar em ser visto “as a bridge country which only connects two points, [neither] a frontier country, nor indeed as an ordinary country, which sits at the edge of the Muslim world or the West (DAVUTOGLU, 2008, p. 78).

Criticado por promover a islamização da política externa e acusado de saudosismo imperial (ARAS, 2009), o novo paradigma identitário inseriu, novamente, o regionalismo focado no Oriente Médio no radar geopolítico da Turquia, assim como lançou uma nova fase de engajamento ativo com a área. Nesse sentido, seus idealizadores atrelaram esse envolvimento a uma suposta responsabilidade messiânica de tutelar as nações médio-orientais. Nas palavras de Davutoglu, “All these lands [in the Middle East] are our *tarihdas*. [...] preserving the past ties with our *tarihdas* is our historical mission. [...] we are determined to embrace all of our *tarihdas* [...]; this is why we are pursuing region-wide policies” (SARAÇOĞLU, DEMIRKOL, 2015, p. 312). Seguindo a mesma tônica e em conformidade com as referências neo-otomanistas, também se atribuiu a esse regionalismo uma conotação irredentista, tendo em perspectiva a restauração do status de Ancara como centro poder no Oriente Médio. Davutoglu expressa essa interpretação nos seguintes termos:

On the historic march of our holy nation, the AK Party signals the birth of a global power and the mission for a new world order. This is the centenary of our exit from the Middle East...whatever we lost between 1911 and 1923, whatever lands we withdrew from, from 2011 to 2023 we shall once again meet our brothers in those lands (BEKDIL, 2014, on-line).

Ainda que não tenha implicado a recuperação das fronteiras imperiais, o irredentismo desembocou no papel de líder. Nesse sentido, a Turquia se projetou como um dos eixos da ordem securitária regional, de maneira a assumir protagonismo em seu gerenciamento. Particularmente, o país se envolveu com uma série de atividades de gerenciamento, entre as quais a mediação de conflitos. Nesse âmbito, sua conduta se aproxima do predicativo de liderança que Stewart-Ingersoll e Frazier (2016) denominam de iniciação de processos. Observa-se então que Ankara patrocinou iniciativas visando regularizar contendas do Oriente Médio. Pode-se citar

como exemplo sua intermediação, em 2008, no reatamento dos laços diplomáticos entre Israel e Síria (ALTUNISIK, 2008; ALLAH, 2016). Outro caso ilustrativo é a negociação do acordo sobre o programa nuclear iraniano. Segundo Tol (2010), o acordo representou um êxito para a Turquia, em face do insucesso das grandes potências em obter um comprometimento de Teerã. Também merece menção o Fórum Trilateral, articulado em 2007, para servir como instância cooperativa entre Afeganistão e Paquistão a fim de normalizar as relações bilaterais (EKSI, 2010; WEITZ, 2011). Independentemente dos resultados, o mérito desses expedientes está na proatividade e diligência de Ancara. Ou seja, ela se coloca como responsável pelo provimento de bens públicos e, como tal, mobiliza seu capital diplomático para estabilizar alguns conflitos, mesmo estes não lhe afetando direta e imediatamente ou havendo atores mais capacitados em termos militares e políticos.

A estratégia da Turquia para gerir as relações bilaterais também expõe suas credenciais de liderança. Nesse aspecto, Ancara lança mão dos chamados Conselhos de Cooperação Estratégica de Alto Nível. Entre 2007 e 2015, são criados fóruns desse tipo com Iraque (2008), Síria (2009), Líbano (2010), Egito (2011) e Qatar (2015) (ASLANLI, AKGÜN, 2020). Essas instâncias elevam os vínculos cooperativos a um nível mais institucionalizado ao estabelecer rotinas de contato para além de encontros ad hoc e mecanismos permanentes de coordenação em áreas temáticas⁵. Da perspectiva securitária, elas possibilitam à Turquia 1) articular abordagens aos problemas comuns (terrorismo, separatismo etc.); 2) elaborar entendimentos e posições compartilhadas a respeito das questões regionais sensíveis, a exemplo do conflito Israel-Palestina; 3) promover suas normas preferenciais da ordem regional (não-intervenção; não-interferência nos assuntos internos, não-proliferação etc.)⁶. Porém, tais plataformas revelam os limites da liderança de Ancara no Oriente Médio, posto que não se reproduziu ali o modelo de formalização multilateral visto no Mar Negro ou na Ásia Central através da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro e Organização dos Estados Turcomanos, respectivamente.

⁵ Ver Joint Political Declaration of Establishment of the High-Level Strategic Cooperation Council Between Governments of the Republic of Turkey and the Republic of Iraq. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/iraq-turkey-cooperation-council2008>>.

⁶ Ver Joint Statement of the First Meeting of the High-Level Strategic Cooperation Council Between the Syrian Arab Republic and the Republic of Turkey. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/turkiye--suriye-ydsik-1_-toplantisi-ortak-bildirisi_-22-23-aralik_-sam.en.mfa>.

O engendramento de dinâmicas de securitização também consta no repertório de atividades desempenhadas pela Turquia que a alçaram à condição de líder. Observa-se esse processo em sua resposta à revolta da Síria. Em sintonia com suas pretensões regionais, o AKP buscou prontamente ter protagonismo, assumindo a função de gerenciador (PHILLIPS, 2012; ONIS, 2014). Essa posição o colocou como um intermediador entre o governo e a oposição. Porém, o recrudescimento da repressão impeliu os turcos a romper com o comportamento conciliador, direcionando sua agenda à mudança de regime (DEMIRTAS-BAGDONAS, 2014; QUAMAR, 2018). Nessa etapa, eles ampararam a securitização da crise, operando processos essenciais dessa dinâmica. Um deles é a construção retórica da ameaça, visando categorizar o regime sírio como tal. A tônica disso é a vilanização de Bashar al-Assad, cuja descrição no discurso turco passa a evocar seus atos arbitrários, repressivos e violentos (DEMIRTAS-BAGDONAS, 2014; DEMIR, 2017). Outra atividade de securitização com a qual Ancara também colaborou se trata da militarização da crise. Além de armar grupos opositores, o país advogou por uma intervenção externa em instâncias intergovernamentais. Novamente, a liderança mostrou suas limitações: a patronagem de rebeldes não resultou na destituição de Assad, e a resistência da comunidade internacional inviabilizou a opção intervencionista (DEMIR, 2017).

Apesar de limitada em algumas nuances, a liderança da Turquia se destaca por sua autonomia – sobretudo, em comparação com o papel anterior. Seus idealizadores conseguiram desprendê-la da influência de agendas extrarregionais. Também não se pode negar seu teor idealista. Mesmo congruente com a ordem social doméstica, o projeto foi demasiado ambicioso e transformativo para a realidade regional.

Conclusão

A análise comparativa realizada neste trabalho fornece evidências de que os objetos teóricos sob exame não são estáticos. Ou seja, nem o status nem o papel são características imutáveis das unidades do Sistema Internacional. O aspecto crucial a se considerar é que os indutores dos processos de mudanças residem tanto no âmbito doméstico quanto na seara interestatal. Seria equivocado atribuir exclusividade a um deles, em face das evidências empíricas aqui apresentadas. Em qualquer um dos momentos históricos retratados neste estudo, a escolha por uma

Revista de Geopolítica, v. 15, nº 1, p. 1-16, jan/mar. 2024.

estratégia de gerenciamento de identidade está associada causalmente ao que se passava na Turquia e fora dela. Da mesma maneira, uma vez que o papel está em sintonia com a estratégia, ele também reflete tais circunstâncias. Não existe nenhum determinismo nisso, porém os constrangimentos, operando nos diferentes níveis, estabeleceram condições específicas que favorecem (ou restringem) a adoção das incumbências que os decisores arrogam à Turquia. Para além de trazer à luz esses aspectos, o mérito desse estudo está em combinar duas literaturas e ampliar seu potencial explicativo. Por conseguinte, ele serve de exemplo para ser aplicado em outros casos, seja em estudos de caso único ou de maneira comparada. Além disso, futuros trabalhos podem contribuir com a agenda de pesquisa através do uso de métodos tais quais o process tracing para explicitar os mecanismos causais que resultam na adoção ou mudança de status e papel.

Referências

ALLAH, Milad. An Account of the 2008 Syrian-Israeli Negotiations in Turkey. **Contemporary Arab Affairs**, vol. 9, no. 1, 2016, pp. 100–14.

ALTUNISIK, Meliha. The possibilities and limitations of Turkey's soft power in the Middle East. **Insight Turkey**, v. 10, n. 02, pp. 41-54, 2008.

_____. MARTIN, Lenore. Making sense of Turkish Foreign Policy in the Middle East under AKP. **Turkish Studies**, v. 12, n. 4, 2011, pp. 569-587.

ARAS, Bülent. The Davutoğlu Era in Turkish Foreign Policy. **Insight Turkey**, v. 11, n. 3, 2009, pp. 127-142.

ASLANLI, Kenan; AKGÜN, Birol. Institutional Mechanisms of the Turkish Foreign Policy: The Case of Russia — Turkey High-Level Cooperation Council. **Vestnik RUDN**, v. 20, n. 4, pp. 791-804, 2020.

ATHANASSOPOULOU, E. Western Defence Developments and Turkey's Search for Security in 1948. **Middle Eastern Studies**, v. 32, n. 2, pp. 77-108, 1996.

BEKDIL, Burak. Erdogan's Book of Defeat. **Gatestone Institute**, 31. out. 2014. Disponível em: <<https://www.gatestoneinstitute.org/4830/erdogan-book-of-defeat>>. Acesso em 30 dez. 2023.

BILGIN, Mustafa. **Britain and Turkey in the Middle East: Politics and Influence in the Early Cold War**. London: Tauris Academic Studies, 2007.

BOZDAGLIOGLU, Yücel. **Turkish Foreign Policy and Turkish Identity: a Constructive Approach**. New York Routledge, 2003.

ÇALIS, Saban; BAGCI, Hüseyin. Atatürk's Foreign Policy understanding and application. **Sosyal Ekonomik Araştırmalar Dergisi**, v. 3, n. 6, pp. 195-228, 2003.

CAGAPTAY, Soner. **Erdogan's Empire: Turkey and Politics of the Middle East**. London: I. B. Tauris, 2020.

_____. **The rise of Turkey: the twenty century's first Muslim power**. Potomac Books, 2014.

DAVUTOGLU, Ahmet. Turkey's Foreign Policy Vision: an assessment of 2007. **Insight Turkey**, v. 10, n. 1, 2008, pp. 77-96.

DEMIR, Imran. **Overconfidence and risk taking in foreign policy decision making: the case of Turkey's Syria Policy**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

DEMIRTAS-BAGDONAS Reading Turkey's Foreign Policy on Syria: The AKP's Construction of a Great Power Identity and the Politics of Grandeur. **Turkish Studies**, v. 15, n. 1, 2014, pp. 139-155.

EKSI, Muharrem. Turkey's increasing role in Afghanistan. **Journal of Global Analysis**, v. 1, n. 2, 2010.

GUNAY, Cengiz. Turkey's changing role after the Cold War: from ideational to civilizational geopolitics. In HAMILTON, Daniel; SPOHR, Kristina (eds). **Exiting the Cold War, entering a new world**. Washington: Foreign Policy Institute, 2019, pp. 463-482.

HALE, William. **Turkish Foreign Policy since 1774**. Oxon: Routledge, 2013.

KÖSEBALABAN, Hasan. **Turkish Foreign Policy: Islam, Nationalism and Globalization**. New York: Palgrave McMillan, 2011.

LARSON, Deborah; PAUL, T. V.; WOHLFORTH, William. Status and World Order. In LARSON, Deborah; PAUL, T. V.; WOHLFORTH, William. **Status in World Politics**. New York: Cambridge University Press, 2014.

_____; SHEVCHENKO, Alexei. Managing Rising Powers: the role of status concerns. In LARSON, Deborah; PAUL, T. V.; WOHLFORTH, William. **Status in World Politics**. New York: Cambridge University Press, 2014.

ONIS, Ziya. Turkey in the Post-Cold War Era: In Search of Identity. **Middle East Journal**, v. 49, n. 01, 1995.

_____. Turkey and the Arab Revolutions: Boundaries of Regional Power Influence in a Turbulent Middle East. **Mediterranean Politics**, v. 19, n. 2, 2014, pp. 203-209.

PHILLIPS, Christopher. Into the Quagmire: Turkey's Frustrated Syria Policy, **Chatham House**, dez. 2012. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Middle%20East/1212bp_phillips.pdf>. Acesso em 30 out. 2023.

QUAMAR, Muhammad. AKP, the Arab Spring and the Unravelling of the 'Turkish' Model. **Strategic Analysis**, v. 42, n. 4, 2018, pp. 364-376.

SARAÇOĞLU, Cenk; DEMIRKOL, Özhan. Nationalism and Foreign Policy Discourse in Turkey Under the AKP Rule: Geography, History and National Identity. **British Journal of Middle Eastern Studies**, v. 42, n. 3, 2015, pp. 301-319.

STEWART-INGERSOLL, Robert; FRAZIER, Derrick. **Regional powers and security orders: a theoretical framework**. New York: Routledge, 2012.

Revista de Geopolítica, v. 15, nº 1, p. 1-16, jan/mar. 2024.

TASPINAR, Omer. Turkey's Middle East Policies: between Neo-Ottomanism and Kemalism. **Carnegie Paper**, set. 2008. Disponível em: < <https://carnegieendowment.org/2008/10/07/turkey-s-middle-east-policies-between-neo-ottomanism-and-kemalism-pub-22209>>. Acesso em 25 dez. 2023.

TOL, Gönül. The Turkey-Brazil-Iran Nuclear Deal: Another Missed Opportunity?. **Middle East Institute**, mai. 2014. Disponível em: < <https://mei.edu/publications/turkey-brazil-iran-nuclear-deal-another-missed-opportunity>>. Acesso em 22 dez. 2023.

VOLK, Thomas. Turkey's Historical Involvement in Middle Eastern Alliances: Saadabad Pact, Baghdad Pact, and Phantom Pact. **Centre International de Formation Européenne**, n. 367, pp. 11-30, 2013.

YAVUZ, Kahan; KHAN, Mujeeb. Turkish Foreign Policy toward the Arab-Israeli Conflict: Duality and the Development (1950-1991). **Arab Studies Quarterly**, v. 14, n. 04, 1992, pp. 66-94.

YESILBURSA, Behçet. **The Baghdad Pact Anglo-American defence policies in the Middle East, 1950–1959**. Oxon: Frank Cass, 2005.

YILMAZ, Ihsan; BASHIROV, Galib. The AKP after 15 years: emergence of Erdoganism in Turkey. **Third World Quarterly**, v. 39, v. 9. 2018, pp. 1812-1830.

ZARAKOL, Ayse. **After Defeat: How the East Learned to Live with the West**. New York: Cambridge University Press, 2011.

WEITZ, Richard. Can Turkey save Afghanistan? **The Diplomat**, 11 nov. 2011.. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2011/11/can-turkey-save-afghanistan/>>. Acesso em 20 dez. 2023.

Recebido em 2024-01-09.

Publicado em 2024-04-15.